



Nota do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

Em defesa da comunicação pública, da participação social e do direito à comunicação

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), organização que reúne centenas de organizações em todo o Brasil, manifesta profunda preocupação e veemente discordância diante da informação, divulgada pela imprensa, de que o apresentador José Luiz Datena teria sido convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para comandar programas na Rádio Nacional e na TV Brasil, veículos públicos administrados pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A possível indicação de Datena representa um grave retrocesso para as lutas históricas em defesa do direito à comunicação e da construção de um sistema público comprometido com a promoção de direitos, com a pluralidade informativa e com a democracia. A trajetória do apresentador é amplamente conhecida por sua postura sensacionalista, por práticas que reforçam estigmas sociais, por narrativas que criminalizam a pobreza e por um discurso que legitima a violência, elementos absolutamente incompatíveis com a missão de qualquer emissora pública.

Não é possível conceber que, em pleno 2025, um comunicador associado à difusão de ideias como “bandido bom é bandido morto” possa ocupar espaço privilegiado em canais que pertencem à sociedade brasileira. Esse tipo de narrativa, repetido à exaustão por programas policiais, contribui para a naturalização da violência letal, especialmente contra jovens negros das periferias.

Além disso, causa preocupação a forma como uma decisão importante sobre a programação de emissoras públicas foi tomada. O sistema público deve ser protegido contra interferências políticas e garantir diversidade de vozes, por isso há mecanismos de participação social. No entanto, essa decisão foi tomada sem qualquer consulta ao recém-eleito Comitê de Programação — instância conquistada por trabalhadores, trabalhadoras e movimentos sociais —, o que configura claro desrespeito ao princípio da gestão democrática e da participação popular que devem orientar os meios públicos.

Quem perde com essa decisão é a sociedade brasileira, que, em um ano eleitoral, corre o risco de ver reforçadas narrativas distorcidas que pouco contribuem para compreender a realidade do país e menos ainda para transformá-la. A comunicação pública não pode ser moeda de troca nem espaço para aprofundar a lógica sensacionalista que viola direitos. Deve, ao contrário, ser instrumento de promoção da democracia e dos direitos humanos.

O FNDC repudia a indicação e reivindica a abertura de diálogo com os movimentos que há décadas lutam pela democratização da comunicação sobre a agenda das comunicações do país. O fórum seguirá vigilante e mobilizado em defesa do direito à comunicação e da comunicação pública como patrimônio da sociedade brasileira.